AUDITORIA GERAL DO ESTADO

FÉRIAS

Portaria AGE Nº 089/2022-GAB, de 01 de agosto 2022.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2022/841709.

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares à servidora Anna Victória Costa Souza Sobral, matrícula nº 5930485/2, ocupante do cargo de Assessor, lotada na Auditoria Geral do Estado, no período de 12/09/2022 a 26/09/2022, referente ao período aquisitivo de 01/09/2021 a 31/08/2022. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 834702

Portaria AGE Nº 090/2022-GAB, de 01 de agosto 2022.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2022/314516.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares ao servidor Marcelo Dias Paredes, matrícula nº 5759765/2, ocupante do cargo de Auditor de Finanças e Controle, lotado na Auditoria Geral do Estado, no período de 19/09/2022 a 03/10/2022 e 19/12/2022 a 02/01/2023, referente ao período aquisitivo de 02/05/2021 a 01/05/2022.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 834708

Portaria AGE Nº 091/2022-GAB, de 01 de agosto 2022.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2022/352553.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares à Servidora Leila Maria Nascimento Costa, matrícula nº 3205177/2, ocupante do cargo de Auditor de Finanças e Controle, lotada na Auditoria Geral do Estado, no período de 08/09/2022 a 07/10/2022, referente ao período aquisitivo de 13/04/2021 a 12/04/2022.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 834714

Portaria AGE Nº 093/2022-GAB, de 01 de agosto 2022.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2022/343794.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares à servidora Sylvia Maria Skelding Pinheiro, matrícula nº 633550/2, ocupante do cargo de Assessor Superior I, lotada na Auditoria Geral do Estado, no período de 14/10/2022 a 12/11/2022, referente ao período aquisitivo de 14/01/2020 a 13/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 834725

Portaria AGE Nº 092/2022-GAB, de 01 de agosto 2022.

O AUDITOR ADJUNTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria AGE Nº 226/2020-GAB, de 13/07/2020, e considerando os autos do Processo nº 2022/343794.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares ao servidor Cristiano Bernardo da Cruz Lobo Filho, matrícula nº 55588394/3, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Auditoria Geral do Estado, no período de 12/09/2022 a 11/10/2022, referente ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANNEY CARVALHO DE OLIVEIRA

Auditor-Adjunto

Protocolo: 834720

OUTRAS MATÉRIAS

Processo: 2022/705173

Objeto: Sindicância para identificar o autor do furto de 01 (um) fone de ouvido de propriedade do servidor Fabrício Luiz Marques de Araújo, Auditor de Fianças e Controle, matrícula nº 5879876, ocorrido entre os dias 03 e 06 de junho do corrente, nas dependências da sala da Gerência de Auditoria.

DECISÃO

Tratam os presentes autos de Processo de Sindicância instaurado para identificar o autor do furto de 01 (um) fone de ouvido de propriedade do servidor Fabrício Luiz Marques de Araújo, Auditor de Fianças e Controle, matrícula nº 5879876, ocorrido entre os dias 03 e 06 de junho do corrente, nas dependências da sala da Gerência de Auditoria.

O fato chegou ao conhecimento da administração por meio do comunicado do servidor, seq. 1.

Através do despacho, seq. 2, determinei a manifestação da assessoria jurídica acerca do procedimento a ser realizado.

A assessoria jurídica recomendou na seq. 4, a instauração de sindicância, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.810/94 (RJU).

Pela Portaria AGE nº 070/2022 (DOE nº 35.014, de 21/06/2022), seqs. 6 e 8, foi constituída comissão para apuração do fato.

Posteriormente, a Portaria AGE nº 070/2022 foi tornada sem efeito e em seu lugar, publicada a Portaria AGE nº 075/2022 (DOE nº 35.022, de 27/06/2022), seqs. 13 e 15.

A comissão foi instalada em 05/07/2022, conforme ata, seq. 18.

Foram ouvidos em depoimento o servidor denunciante e 01 (um) testemunha, conforme termos nas seqs. 22/23 e 25.

Por meio do expediente na seq. 26 foram solicitadas as seguintes diligências para a GRAF: (a) disponibilização das imagens/gravações da(s) câmera(s) de segurança do período de 03 a 06 de junho, horário entre as 17hs do dia 03 às 08hs do dia 06/06/2022; (b) informações sobre o(s) controle(s) de acesso de pessoas que não são servidores do órgão fora do horário de expediente normal; e (c) se houve autorização formal de acesso de prestadores de serviço no mesmo período do item a.

A GERAf prestou as informações solicitadas na seq. 27.

Ata de encerramento na seq. 30.

Relatório de finalização dos trabalhos, seq. 31.

Na seq. 32 consta o encaminhamento dos autos para esta autoridade. Em seguida, seq. 33, determinei a manifestação da assessoria jurídica, tendo sido emitido o Parecer AGE nº 094/2022, seq. 34.

É o relatório.

DECIDO:

De início, cabe destacar que o Parecer AGE nº 094/2022, considerou regular todo o processo de apuração estando, portanto, apto para decisão.

Com efeito, trata-se de Processo de Sindicância instaurado para identificar o autor do furto de 01 (um) fone de ouvido de propriedade do servidor Fabrício Luiz Marques de Araújo, Auditor de Fianças e Controle, matrícula nº 5879876, ocorrido entre os dias 03 e 06 de junho do corrente, nas dependências da sala da Gerência de Auditoria.

Após a instrução do processo, com oitiva do denunciante, de 01 (um) testemunha e de manifestação da GRAF, NTI e GEPROJ, a comissão concluiu pelo arquivamento do processo, face a impossibilidade de apurar a responsabilidade pelo ato infracional, tendo observado ante as diligências empreendidas que: (a) à época dos fatos não existia controle ou registro acerca da realização de serviços nas dependências do órgão; (b) as câmeras de segurança só armazenam imagens por um período de 07 (sete) dias; e (c) houve prestação de serviço no período em que ocorreu o fato, de 03 a 06/06/2022.

Verifico que a Comissão utilizou todos os meios possíveis para identificar o autor do fato, entretanto, a falta de registros do acesso de terceiro e de arquivo das gravações de imagens do circuito interno do período em que ocorreu o furto, fragilizaram a apuração, como citado no relatório final.

É fato que o servidor Fabrício deixou sobre sua mesa de trabalho "... um fone de fio e cor preta ...", de sua propriedade, no final de seu expediente de trabalho no dia 03/06 (sexta-feira), às 14:00 hs. Esse fato é comprovado pela testemunha Márcio dos Santos Abraão, que afirmou ter visto o referido fone de ouvido quando deixou seu local de trabalho no mesmo dia 03/06, às 17:00hs. Portanto, é presumível admitir que o bem foi retirado entre as 17:00hs de sexta-feira, dia 03/06, às 09:00hs, do dia 06/06, segunda-feira, quando o proprietário anunciou o sumiço.

O servidor comunicou o fato à administração no dia seguinte, 07/06. Muito embora não conste dos autos, imediatamente à ciência foi feita verificação nos registros das câmeras de segurança, especialmente a que grava o corredor de acesso à sala onde o servidor trabalha, e não foi constatada nenhuma entrada naquela sala no período. Entretanto, não foi providenciada a gravação dessas imagens para posterior utilização em eventual processo de apuração. A verificação durante a apuração não foi possível, diante do tempo em que as imagens permanecem gravadas (7 dias).

É bem verdade que essa afirmação, que não consta dos autos, não elimina outra(s) possibilidade(s) de acesso àquela sala sem que tenha havido a captação da imagem. Contudo, a falta de registro de entrada de terceiros ao prédio e de intercorrências (ex.: falta de energia durante a execução de serviços), fragilizou a apuração.

Por essas razões, entendo que a comissão se desincumbiu, a contento, das atribuições que lhe foram cometidas por meio da Portaria AGE nº 075/2022, de modo que não me resta outra alternativa senão aquiescer à sua conclusão e determinar o arquivamento deste processo.

Destarte, a par de lamentar o ocorrido, não posso deixar de constatar que falhas registradas pela comissão de sindicância no sistema de segurança da AGE contribuíram para impedir a elucidação do fato. Por essas razões e acatando as recomendações constantes no relatório final, determino:

1 - A NTI, que tendo conhecimento de algum fato ilícito ocorrido nas dependências deste órgão ou no ambiente externo desde que relacionado a AGE, IMEDIATAMENTE providencie a gravação das imagens captadas pela(s) câmera(s) de circuito interno correspondente(s), a fim de que fiquem disponibilizadas para eventual apuração de responsabilidades;

2 - A NTI, que verifique a existência de "pontos cegos" nas áreas comuns da AGE, para posterior correção do direcionamento das câmeras de gravação;

3 - A GERAf, que adote mecanismo(s) de controle de acesso de servidores e de terceiros, prestadores de serviço ou não, ao interior da AGE ou na área externa fora do horário normal de expediente e nos finais de semana/feriados, de modo que seja possível identificar a pessoa pelo nome e RG/matricula, a finalidade do acesso/serviço executado e o responsável, quando se tratar de serviço, entre outros possíveis.

Dê-se ciência ao servidor denunciante do inteiro teor desta decisão, bem como a NTI e GERAf, para adoção das medidas ora recomendadas.

Publique-se.

Belém, 01 de agosto de 2022.

JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

Auditor-Geral do Estado

Protocolo: 834390